

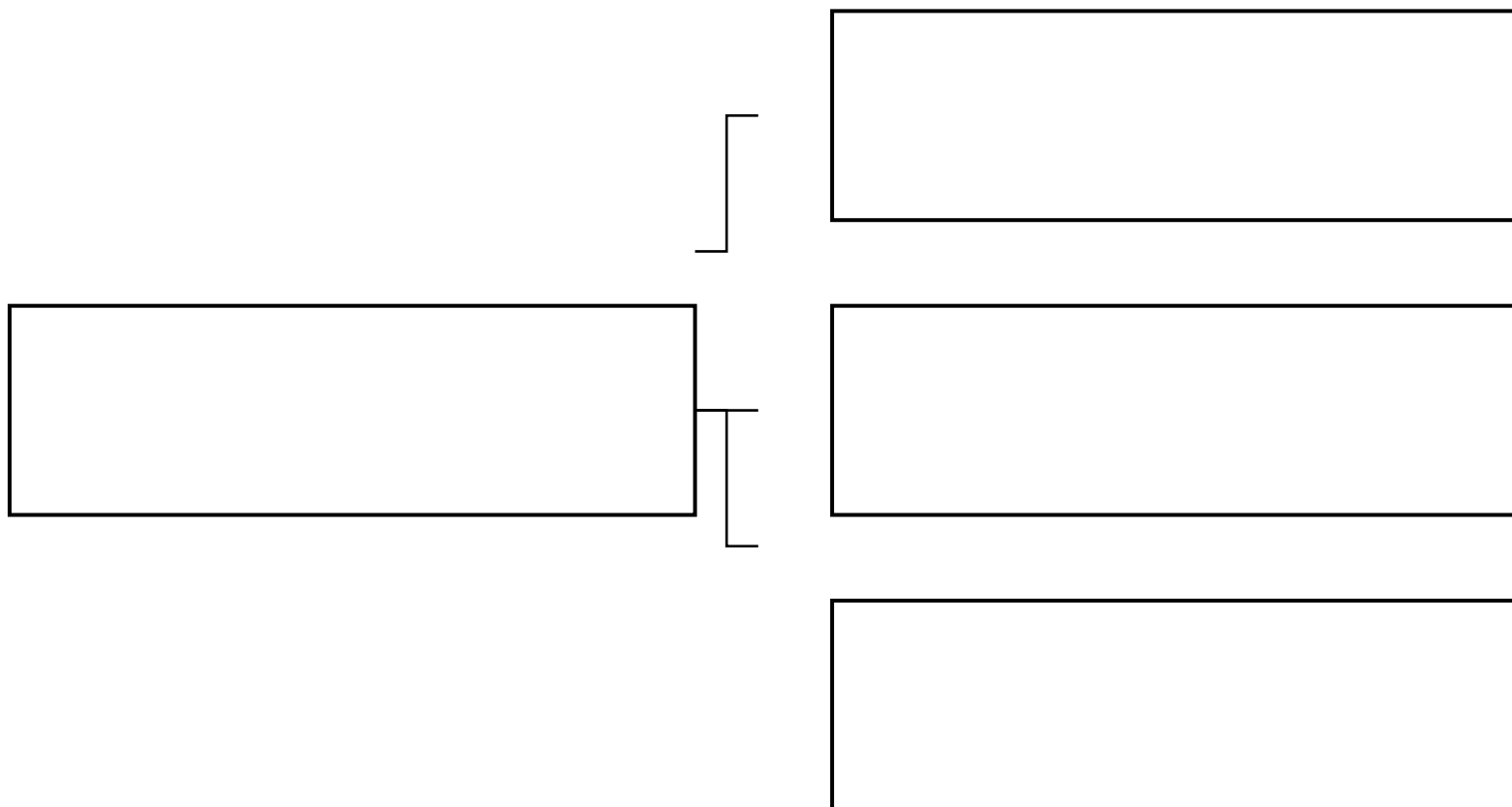


CPC 25

Provisões, passivo contingente e ativo contingente

NBC TG 25

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



Provisão

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.



Provisão para contas retificadoras do ativo

Passivo Contingente

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

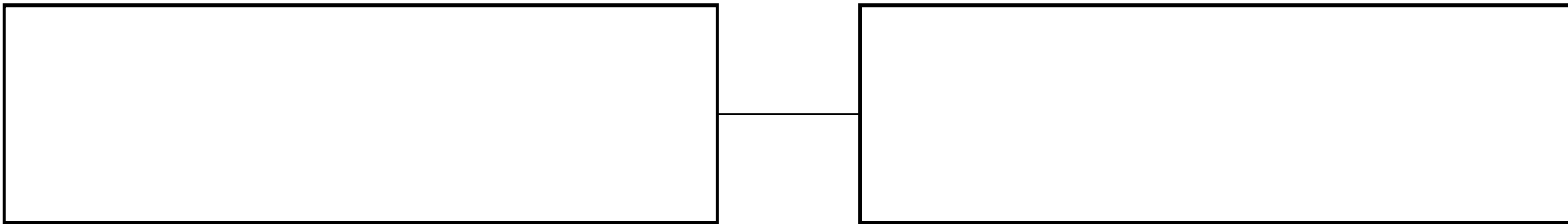
(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

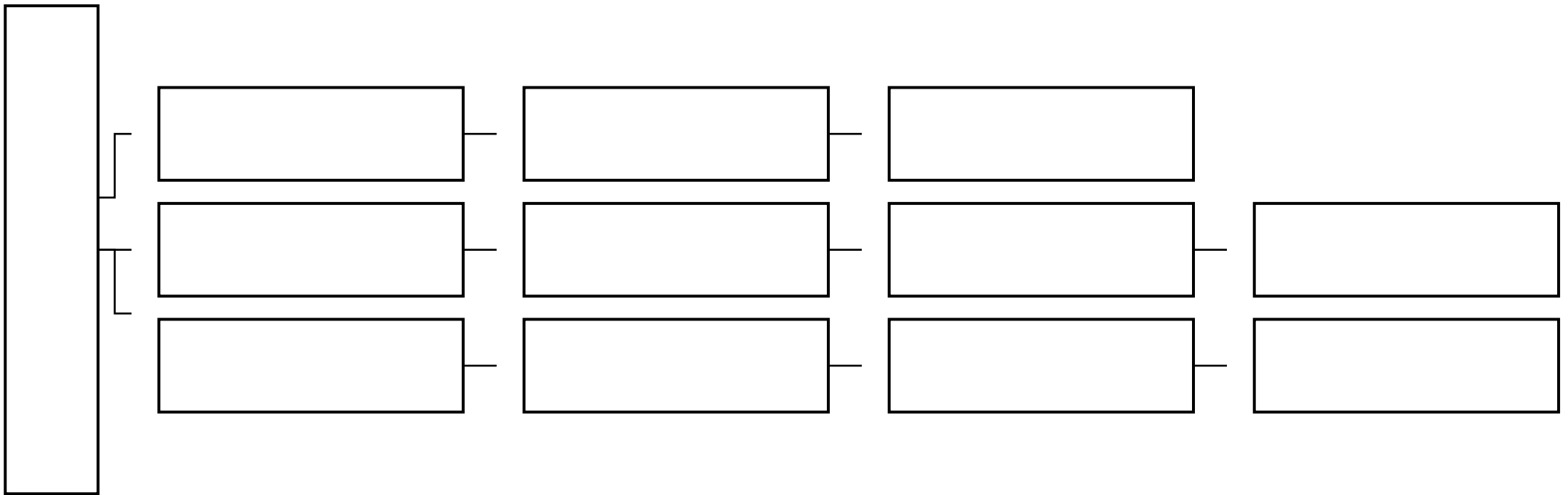
(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo Contingente

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



Esquematizando

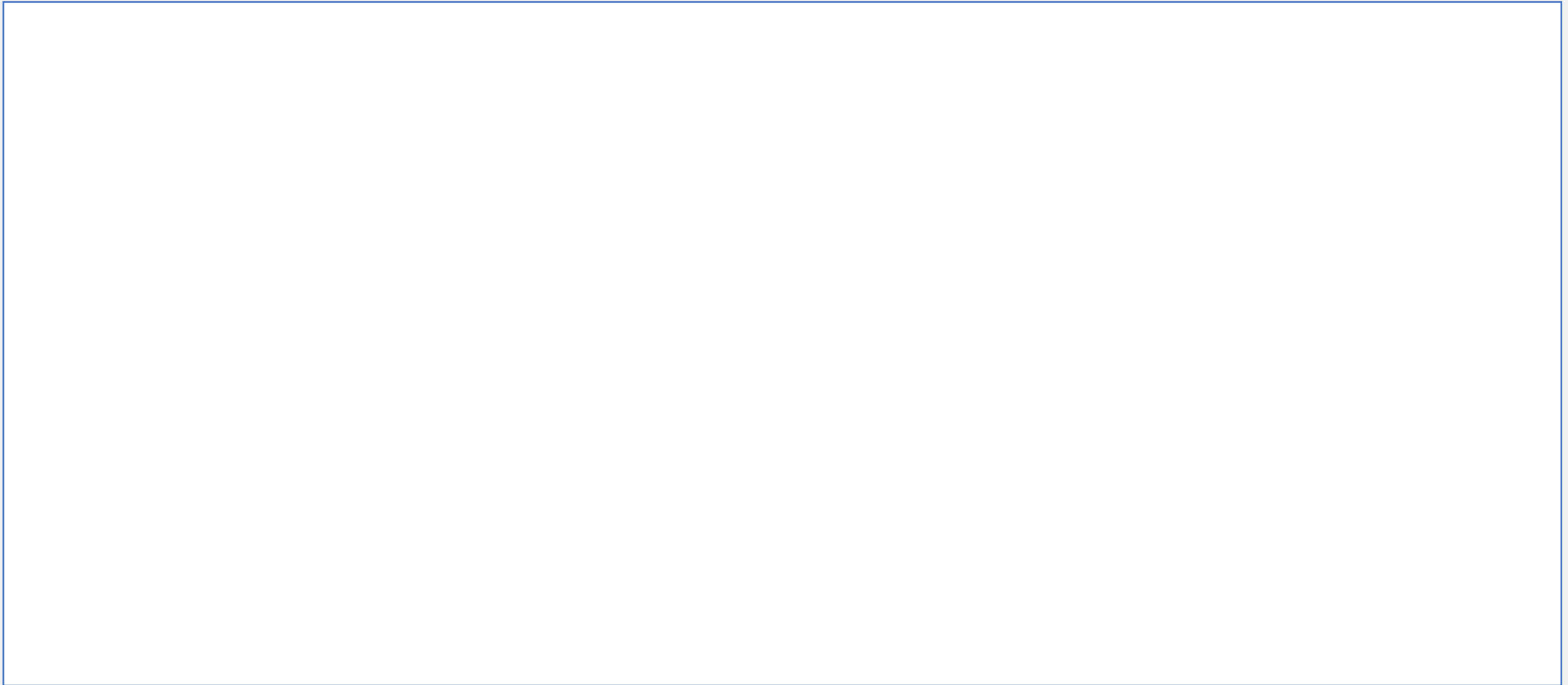


Esquematizando

Provisão reconhecida quando

- Obrigação presente
- Estimativa confiável
- Provável saída de recurso

Lançamento Para Constituir a Provisão



Reavaliação a Cada Exercício

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Ativo Contingente

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente

Obrigação Legal e Não Formalizada

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal   uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação Legal e Não Formalizada

Obrigação não formalizada   uma obrigação que decorre das a oes da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitar  certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprir  com essas responsabilidades.

(FGV/Exame CFC/2025.2)

A empresa S.A. possuía, em 31/12/2024, obrigações presentes como resultados de eventos passados cuja saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação esteve sujeita à análise, com a classificação disposta na tabela a seguir:

Tipo de Obrigação	Valor da mensuração por estimativa confiável	Probabilidade de ocorrência de saída de recurso
Garantia de venda	R\$ 5.000,00	Provável
Terreno contaminado e obrigação não formalizada	R\$ 15.000,00	Provável
Processo Trabalhista I	R\$ 10.000,00	Remota
Processo Trabalhista II	R\$ 20.000,00	Possível
Processo Fiscal	Há impossibilidade de estimar confiavelmente no momento.	Possível

(FGV/Exame CFC/2025.2)

Com base nos dados, seguindo a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, o montante a ser reconhecido como provisões no Balanço Patrimonial da empresa deve ser de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 40.000,00.
- (C) R\$ 30.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.

(FGV/Exame CFC/2024.2)

A NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES ilustra o tratamento contábil quando uma obrigação presente ou possível da entidade envolve prazos ou valores incertos.

Com base na referida norma, relacione o tratamento dado a cada situação a seguir com seu reconhecimento e divulgação.

I. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

II. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

III. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

() Não é reconhecida nenhuma provisão e não há obrigatoriedade de divulgação.

() Deve-se reconhecer a provisão e divulgar em nota explicativa.

() Não é reconhecida a provisão, mas é divulgado o fato em nota explicativa como passivo contingente.

A relação correta, na ordem apresentada, é

– I. (C) II – I – III. (D) I – III – II.

(FGV/Exame CFC/2024.2)

Em janeiro de 2024, Joana adquiriu ingresso para um show musical que aconteceria em 11/02/2024.

O show estava agendado para começar às 18 horas, mas só teve início às 22 horas. Joana precisou sair às 21 horas, de modo que não assistiu ao show.

Por conta do atraso, Joana entrou na justiça contra os organizadores do show, pedindo a devolução do preço do ingresso, que havia custado R\$400, e uma indenização por danos morais, de R\$1.000.

Os advogados dos organizadores do show julgaram que a necessidade de pagamento decorrente da perda da causa por danos morais era possível, enquanto a perda da causa pela devolução do preço do ingresso, era provável.

Assinale a opção que indica o valor da provisão reconhecida pelos organizadores do show, devido à causa de Joana.

(A) Zero. (B) R\$400. (C) R\$1.000. (D) R\$1.400.

(Exame CFC/2023.2)

O balanço patrimonial de uma sociedade comercial, em 31 de dezembro de 2021, apresentava saldo de R\$ 1.300.000,00 na conta Provisão para processos judiciais. A composição dessa conta contábil era a seguinte:

Conta: Provisão para processos judiciais (31/12/2021)	
Processos judiciais	Valor – R\$
Trabalhistas	800.000,00
Tributários	500.000,00
Total	1.300.000,00

No encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de 2022, os consultores jurídicos realizaram análise detalhada de todos os processos judiciais que envolviam a sociedade comercial, avaliando a probabilidade de desembolso para liquidação das ações judiciais (expectativa de perda) e apresentou o seguinte sumário à administração:

Processos judiciais: Posição em 31/12/2022		
Tipos	Expectativa de perda	Valor – R\$
Trabalhistas	Possível	170.000,00
Trabalhistas	Provável	700.000,00
Tributários	Possível	150.000,00
Tributários	Provável	450.000,00
Ambientais	Remota	80.000,00
Ambientais	Possível	30.000,00

(Exame CFC/2023.2)

Com base, exclusivamente, nas informações apresentadas, considerando o disposto na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o efeito líquido no resultado da sociedade comercial no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da contabilização das provisões para processos judiciais, desconsiderando eventuais efeitos fiscais, foi:

- A) Redução de R\$ 150.000,00.
- B) Redução de R\$ 170.000,00.
- C) Aumento de R\$ 110.000,00.
- D) Aumento de R\$ 150.000,00.

(Exame CFC/2022.2)

O advogado de determinada entidade empresária do setor de serviços apresentou as seguintes informações referentes às questões judiciais movidas em desfavor da empresa:

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Considerando as informações disponibilizadas e as disposições da NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, podemos afirmar que a empresa:

- A) Deverá reconhecer como provisão o valor de R\$ 280.000,00 dos processos.
- B) Não deverá divulgar o valor de R\$ 150.000,00 dos processos como passivo contingente.
- C) Deverá apenas divulgar o valor de R\$ 70.000,00 de processos como passivo

(Exame CFC/2022.2)

Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.

B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.

C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.

D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo – s Tributários, o montante provável de realização

(Exame CFC/2022.2)

Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.

B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.

C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

(Exame CFC/2021.2) A NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Diante disso, o contador de uma entidade empresária fez a contabilização da provisão para contingência de cinco processos trabalhistas, com base em seus documentos. Contudo, ele verificou que seria imprescindível consultar o departamento jurídico da entidade sobre quais as probabilidades de perda desses processos. Após a resposta do departamento jurídico, o contador comparou os seus registros com as informações dos advogados, verificando as seguintes classificações:

Processo	Classificação do contador	Classificação do departamento jurídico	Valor (R\$)
1	possível	provável	80.000,00
2	remota	provável	75.000,00
3	provável	remota	28.000,00
4	remota	possível	95.000,00
5	remota	remota	10.000,00

Diante de tais informações, o contador constatou que deveria fazer a contabilização com base nas classificações do departamento jurídico, pois os advogados possuem maior conhecimento e experiência sobre o assunto. Nesse sentido, considerando apenas os dados da tabela, assinale o valor total da provisão a ser contabilizado no Balanço Patrimonial.

- A) R\$ 133.000,00
- B) R\$ 155.000,00
- C) R\$ 250.000,00
- D) R\$ 288.000,00

(Exame CFC/2019.1)

A Sociedade Empresária “A” é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária “A” e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 60% não apresentarão defeitos, 30% apresentarão defeitos menores e 10% apresentarão defeitos maiores.

Outras informações: A Sociedade Empresária “A” irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 800.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 1.500.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “A” reconheceria como provisão. Admita que os valores dos custos de reparação, caso sejam detectados defeitos, e as probabilidades associadas aos possíveis desfechos, foram determinados pelo julgamento da Sociedade Empresária “A”, complementado pela experiência de transações semelhantes somado aos relatórios de peritos independentes. Ainda, admita que os critérios para reconhecimento da provisão foram atendidos conforme determina a NBC TG 25 (R2).

- a) R\$ 390.000,00
- b) R\$ 530.000,00
- c) R\$ 920.000,00
- d) R\$ 2.300.000,00



contabilidade facilitada

Copyright © Contabilidade Facilitada. Todos os direitos reservados.
Este material ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma
alguma sem autorização expressa, por escrito, do autor.